

PRESENTE NA SESSÃO
ORDINÁRIA

25 ABR. 2018

DELIBERAÇÃO

*Deliberado aprovar
Higiene*

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

16 ABR. 2018

DELIBERAÇÃO:

Deliberado tomar conhecimento e remeter à Ass. Municipal para apreciação e aprovação.



Análise Económico-financeira

Dezembro 2017

Índice

1. Introdução	3
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial	4
2.1. Análise Patrimonial	4
2.1.1. Análise da evolução do Activo	5
2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo	6
2.1.2.1. Fundos Próprios	6
2.1.2.2 Passivo	7
2.2. – Análise económico-financeira	8
2.2.1. – Análise Económica	8
A. Evolução dos Proveitos Operacionais	8
B. Evolução de Custos	9
C. Evolução dos Resultados	10
2.2.2. – Análise Financeira	11
2.3 – Análise à Execução Orçamental	12
2.3.1 – Controlo Orçamental da Receita	13
2.3.2 – Controlo Orçamental da Despesa	16
2.4 – Limite de Endividamento	18

*Deliberado, submetido à Ass.
Municipal para apreciação
e aprovação.*



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2017

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro**, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Vimioso, com referência a 31 de Dezembro de 2017.

1. Introdução

A análise económico-financeira foi elaborada após a auditoria às contas e tendo por base o respectivo balancete reportado a 31 de Dezembro de 2017.

Para efeitos da **análise da situação e evolução patrimonial** (análise financeira ou de Balanço) e da **análise da evolução dos Resultados** (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 31 de Dezembro de 2017 com os reportados a 31 de Dezembro de 2016.

A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.

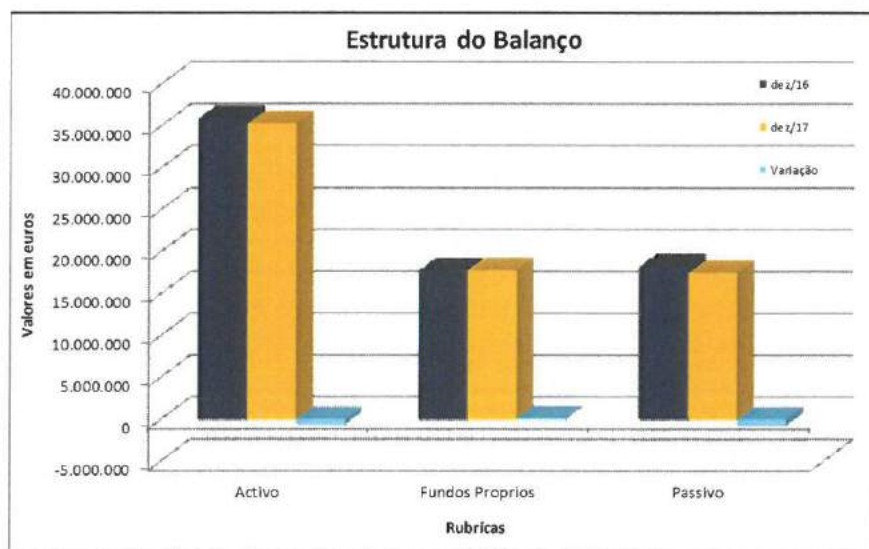
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial

2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2016 a estrutura patrimonial do Município é, à data de 31 de Dezembro de 2017, a seguinte:

Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	31.12.17	31.12.16	Variação Abs.	%
<u>Activo Total</u>	35.275.905	35.881.785	-605.880	-2%
<u>Passivo</u>	17.484.478	18.197.902	-713.423	-4%
<u>Fundos Proprios</u>	17.791.427	17.683.884	107.543	1%

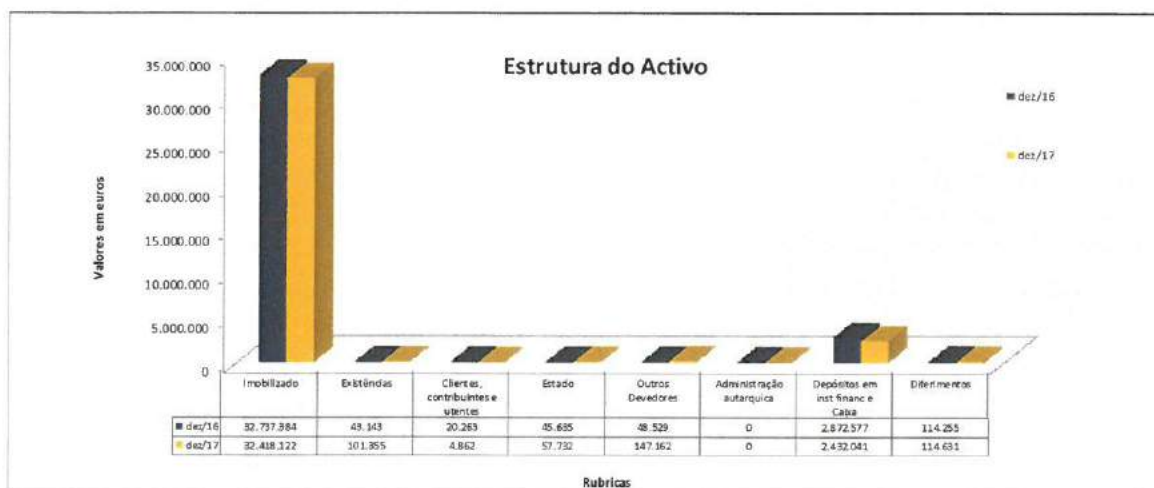


Comparativamente a 31 de Dezembro de 2016, a situação patrimonial do Município evoluiu favoravelmente, registando:

- ❖ Aumento dos Fundos Próprios em 107 m€.
- ❖ Diminuição de cerca de 605 m€ do activo total;
- ❖ Redução do passivo em 713 m€, cerca de 4%,

2.1.1. Análise da evolução do Activo

Comparativamente a 31.12.2016, o Activo apresenta a seguinte evolução:



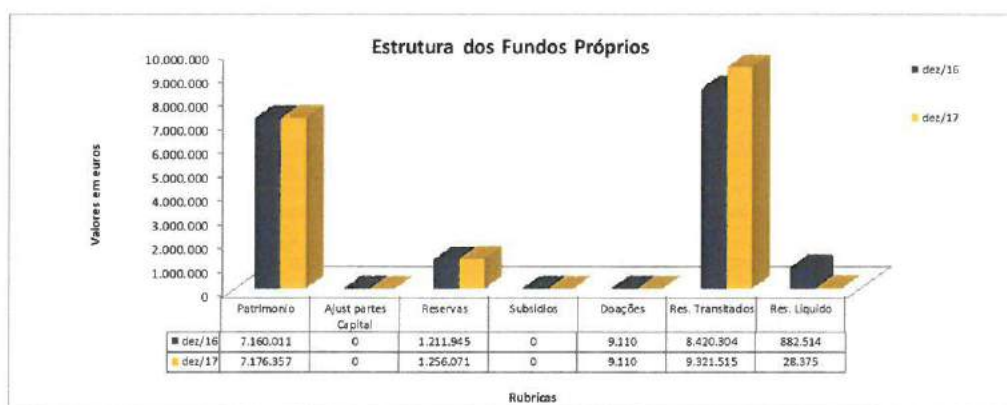
- i. O Activo Liquido em 31 de Dezembro de 2017 é de 35,27 M€ contra 35,88 M€ em 31 de Dezembro de 2016. A variação é negativa num montante de 605 m€;
- ii. A variação registada no Activo Liquido justifica-se:
 - a) Pela diminuição de 15% na rubrica de Depósitos Bancários e Caixa, num total de cerca de 440 m€. Esta rubrica representa, em 31 de Dezembro de 2017, 7% do Total do activo Liquido, tendo diminuído em 1 pp o seu peso relativo face ao exercício anterior;
 - b) Pela diminuição registada nas rubricas de Imobilizado (319 m€ - 1%). Estas variações resultam do registo das amortizações de imobilizado do período.

A rubrica mais representativa do activo continua a ser a do Imobilizado, ocupando 92% do total do activo, com um aumento de 1pp face a 31 de Dezembro de 2016.

2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1. Fundos Próprios

Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição:



Face a Dezembro de 2017, os Fundos Próprios registaram um aumento líquido de 107m€, resultante:

- da variação positiva associada ao resultado líquido apurado no período, no montante de 28 m€;
- da variação positiva líquida de 79.2 m€, verificada nas rubricas de Resultados transitados decorrente:
 - a) da regularização de valores relativos a subsídios ao investimento no montante de 409.880,76€
 - b) da regularização de amortizações de exercícios anteriores no montante de 423.215,16€;
 - c) da regularização de património municipal no montante 15.204.82€;
 - d) da regularização de custos relativos a exercícios anteriores no montante de 107.707,85€;

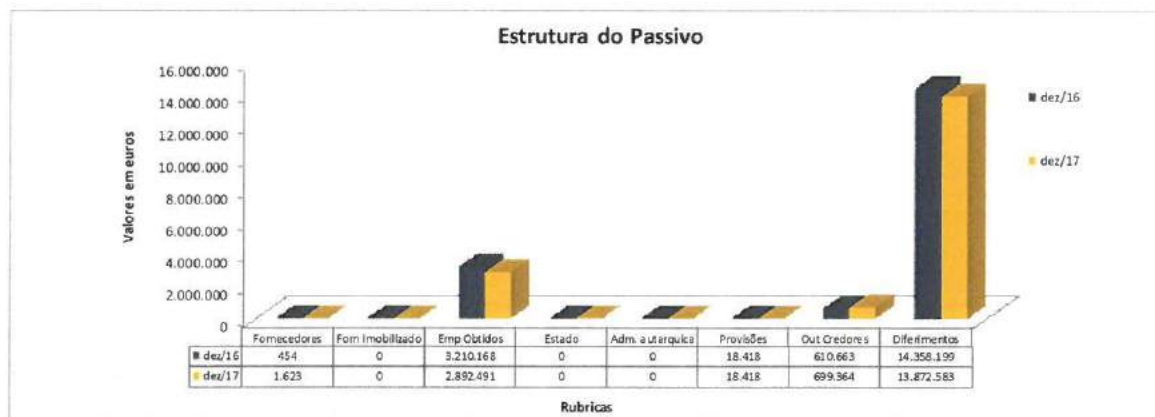
Em 31 de Dezembro de 2017 cerca de 50,43% do total dos activos do Município mostram-se financiados por Fundos Próprios.

Considerando que:

- a) os fundos permanentes (Fundos próprios e capitais alheios de MLP) acrescidos dos Proveitos Diferidos (subsídios), representam 96% do total ativo e,
 - b) os investimentos de carácter permanente (ativo imobilizado líquido) representam 92% do total do ativo,
- conclui-se pelo equilíbrio financeiro do Município (os ativos fixos não são financiados por capitais alheios de curto prazo).

2.1.2.2 Passivo

Comparativamente a Dezembro de 2016, o **Passivo** apresenta, em 31 de Dezembro de 2017, a seguinte evolução:



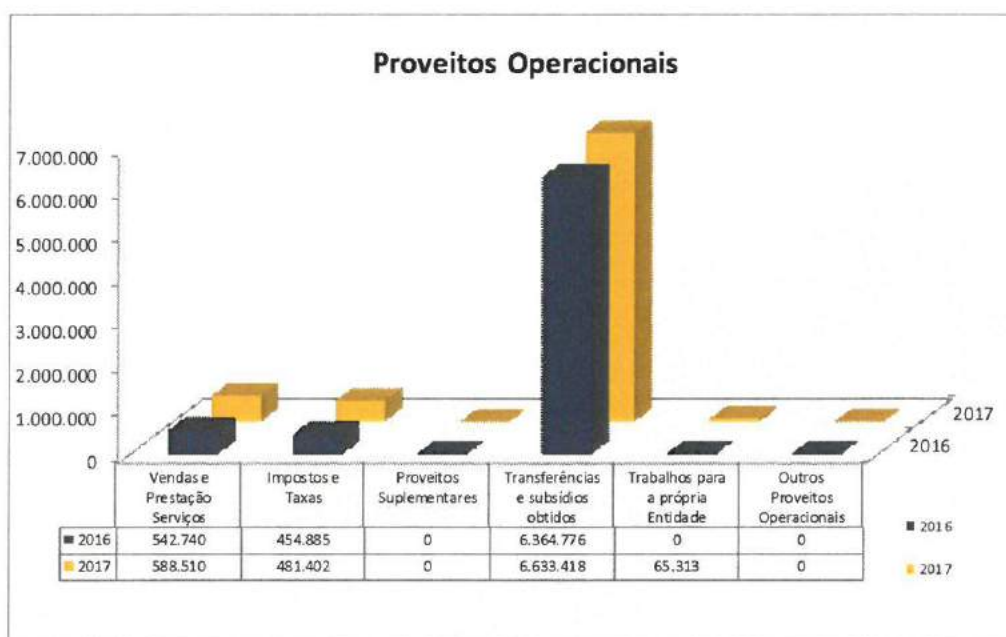
- i. O Passivo Total, regista uma diminuição de, aproximadamente, 713 m€, face a 31 de Dezembro de 2016;
- ii. A rubrica de Empréstimos Obtidos registou um decréscimo de cerca de 10%, aproximadamente 318 m€. Em Dezembro de 2017, o seu peso relativo no total do Passivo registou um decréscimo de 1,1pp face a 31 de Dezembro de 2016;
- iii. O aumento verificado em Outros Credores foi de 88.7 m€. Em termos de estrutura esta rubrica representa cerca de 4% do Passivo Total.
- iv. A rubrica de Diferimentos registou uma diminuição de aproximadamente 494m€, relacionada sobretudo com a reposição de subsídios ao investimento.

2.2. – Análise económico-financeira

2.2.1. – Análise Económica

Comparando a demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2017 com a do período homólogo de 2016, concluímos o seguinte:

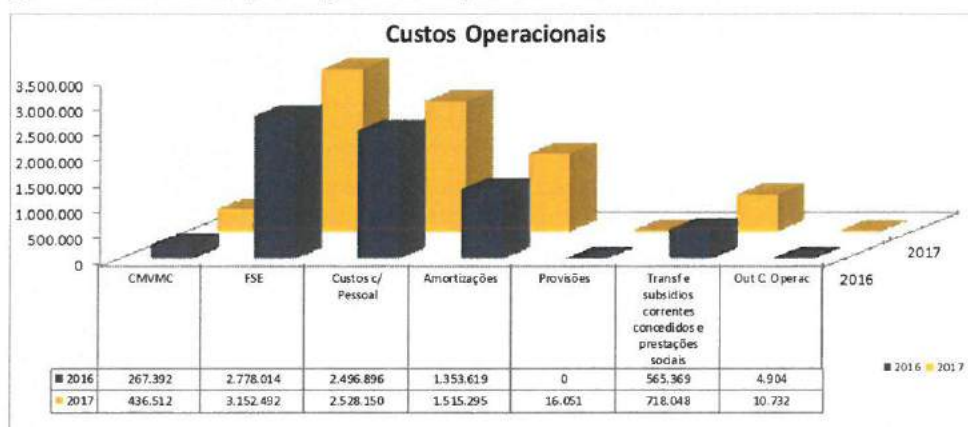
A. Evolução dos Proveitos Operacionais



- i. Comparativamente ao exercício anterior, os Proveitos Operacionais não registaram variações significativas.
- ii. A rubrica de "Transferências e subsídios obtidos" registou um ligeiro aumento face ao período homólogo de 2016 (cerca de 4%, representando 268 m€).
- iii. As "Vendas e Prestações de Serviços" registaram aumentos de 46 m€ (8%), derivado da exploração das "Termas da Terronha".
- iv. Os "Impostos e Taxas" seguiram a mesma tendência, tendo-se verificado um aumento de 6% (27 m€) em virtude de maior cobrança de IMT verificada em 2017.

B. Evolução de Custos

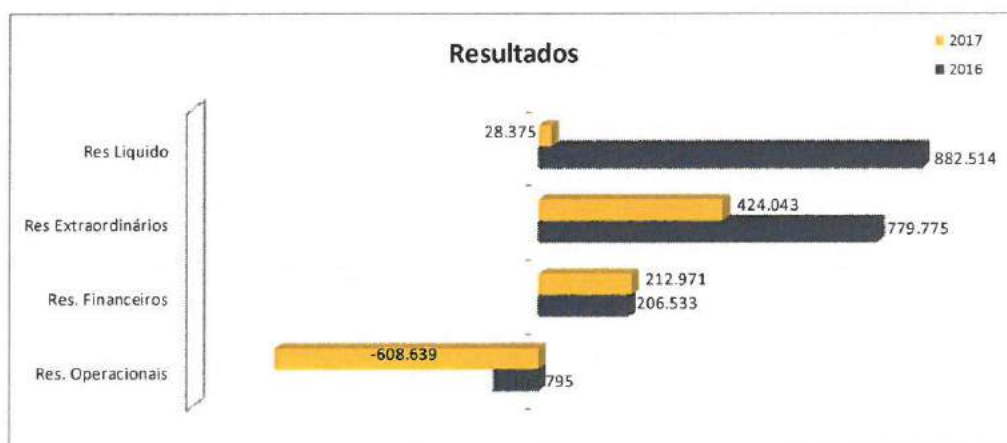
Os custos operacionais apresentam em 31 de Dezembro de 2017, face ao período homólogo do ano anterior, o seguinte comportamento:



- i. O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) aumentou 63%, cerca de 170m €, tendência contrária à verificada nos últimos exercícios. O seu peso face ao Total dos Custos Operacionais é de 5%, o que contrasta com 4% no período homólogo de 2016. Salienta-se que em 2015 o peso desta rubrica nos gastos operacionais era de 5%.
- ii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um aumento de 13%, que se traduziu, em termos absolutos, num aumento de 374 m€. O seu peso é de 38% na estrutura dos Custos Operacionais.
- iii. A rubrica de "Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais" aumentou em cerca de 153 m€, aproximadamente 27%, face ao período homólogo do ano anterior.
- iv. Os Custos com Pessoal não registaram variações significativas face ao período homólogo de 2016. Esta rubrica representa cerca de 30% do total dos Custos Operacionais, sendo a segunda rubrica com maior peso relativo na estrutura de custos, logo a seguir aos FSE.
- v. As Amortizações do Exercício aumentaram cerca de 162 m€, face ao período homólogo de 2016. A justificação da variação prende-se com a passagem de imobilizado em curso para imobilizado firme, desta forma sujeito a depreciações pela sua utilização.

C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



O Resultado Operacional, registado no exercício de 2017, apresenta um agravamento de cerca de 505m€ face ao período homólogo de 2016, resultado do aumento dos custos operacionais.

O Resultado Financeiro manteve-se positivo, algo já verificado em 2016 e em 2015, tendo registado um aumento de 6,4m€.

Em 31 de Dezembro de 2017, o Resultado Extraordinário, apresenta-se positivo em 424m€, registando uma diminuição de 356m€, comparativamente ao período homólogo de 2016. Estas variações resultam sobretudo da diminuição dos Proveitos extraordinários, acompanhada do aumento dos custos extraordinários registados em 2017 face a 2016, relativamente a correcções relativas a exercícios anteriores.

O comportamento das diversas rubricas de resultados conduziu a uma diminuição do Resultado Líquido, face a 31 de Dezembro de 2016, no valor de 854m€, fixando-se no montante de 28m€.

2.2.2. – Análise Financeira

Rátios	Fórmula de Cálculo	31.12.17	31.12.16
Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	224%	266%
Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	216%	263%
Liquidez imediata	(Depósitos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	190%	243%
Endividamento	Passivo / Activo	50%	51%
Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	7%	6%
Autonomia financeira	Fundos Próprios / Activo	50%	49%
Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes	(Fundos Próprios + Dividas a terceiros de MLP) / Imobilizado Líquido	64%	64%

Os rácios de liquidez geral e reduzida revelam que o Activo Circulante evoluiu desfavoravelmente entre as duas datas em análise, apresentando-se, no entanto, suficiente, em 31 de Dezembro de 2017, para financiar integralmente o Passivo Circulante.

O rácio de liquidez imediata revela que o total de Disponibilidades assegura a cobertura integral das responsabilidades de curto prazo.

O rácio de Autonomia Financeira revela que o Total do Activo é financiado em cerca de 50% por capitais próprios, indicador que registou uma melhoria de 1 pontos percentuais face a Dezembro de 2016 (49%).

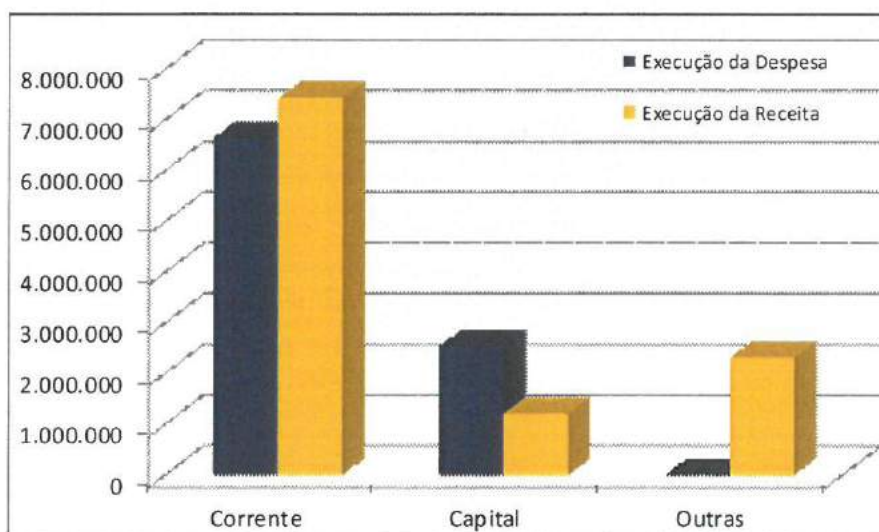
O rácio de Estrutura de endividamento apresenta uma ligeira variação face a 31 de Dezembro de 2016, apresentado um peso de 7%, o que significa que 7% do passivo é de curto-prazo.

O rácio de Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes representa em 31 de Dezembro de 2016 cerca de 64%, não se tendo verificado alteração quando comparado com 31 de Dezembro de 2016.

2.3 – Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2017, a execução orçamental era a seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Euro	%	Euro	%
Corrente	6.631.253	89,14%	7.423.243	95,30%
Capital	2.539.954	52,60%	1.212.879	56,13%
Outras			2.317.030	100,00%
Total	9.171.207	74,76%	10.953.152	89,29%



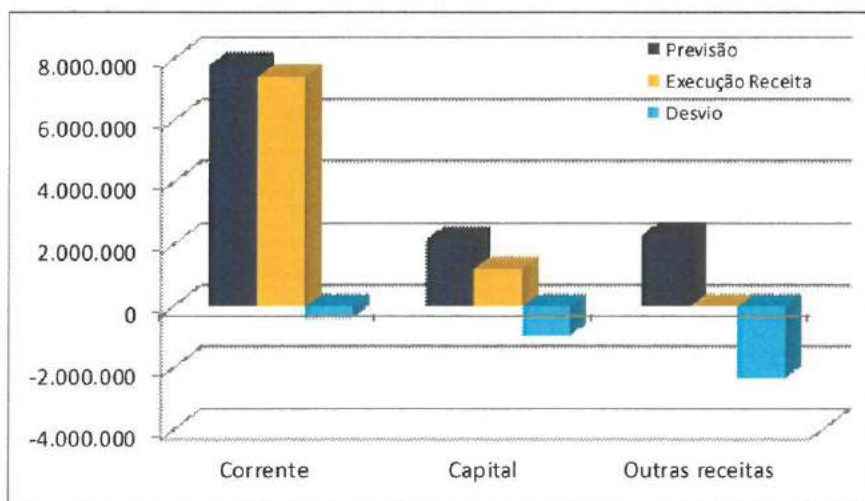
O grau de execução Orçamental mostra-se negativo, em 31 de Dezembro de 2017, uma vez que a execução da Despesa se apresenta superior à execução da Receita.

O Município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio já que a Receita Corrente cobre a totalidade da Despesa Corrente mais as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

2.3.1 – Controlo Orçamental da Receita

A execução da Receita apresenta, em 31 de Dezembro de 2017, um desvio de 1.314 m€, consequência do reduzido grau de execução da Receita de capital que foi de 56%, enquanto a execução da Receita de Corrente aproximou-se da previsão anual fixando-se em aproximadamente 95%.

	Previsão Anual	Execução Receita	Desvio	Execução %
Corrente	7.789.635	7.423.243	-366.392	95,30%
Capital	2.160.705	1.212.879	-947.825	56,13%
Outras receitas	2.317.030	2.317.030	0	100,00%
Total	12.267.369,74	10.953.152,41	-1.314.217,33	89,29%



Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2017

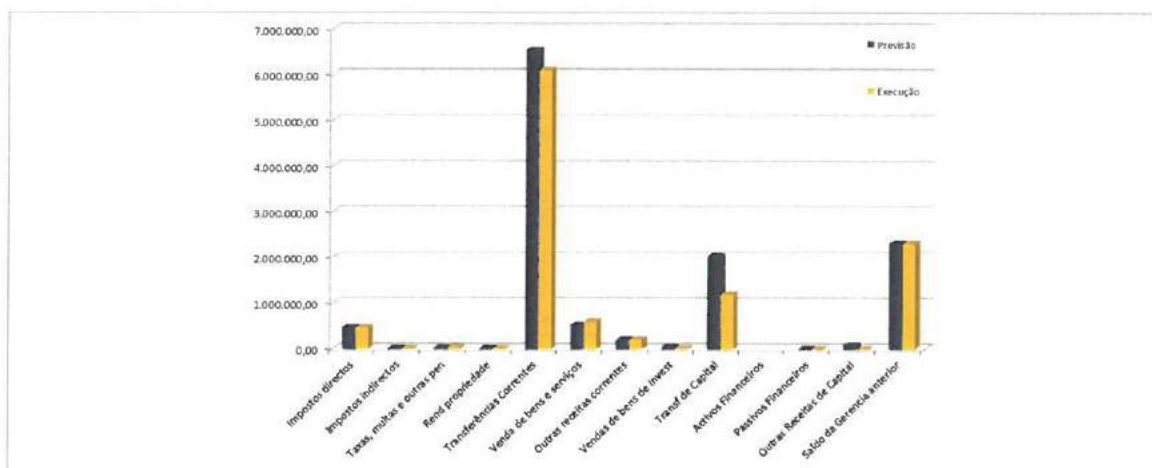
Por rubrica de Receita, os desvios verificados em 31 de Dezembro de 2017 e consequentes execuções orçamentais foram os seguintes:

Designação	Previsão	Execução Receita	Desvio	Execução %
Impostos directos	470.400,00	466.027,88	-4.372,12	99,07%
Impostos indirectos	9.800,00	4.221,30	-5.578,70	43,07%
Taxas, multa e outras penalidades	26.300,00	38.257,80	11.957,80	145,47%
Rendimentos de propriedade	6.400,00	5.370,00	-1.030,00	83,91%
Transferências Correntes	6.539.035,00	6.102.630,78	-436.404,22	93,33%
Venda de bens e serviços	535.000,00	599.549,20	64.549,20	112,07%
Outras receitas correntes	202.700,00	207.185,97	4.485,97	102,21%
Total de receitas correntes	7.789.635,00	7.423.242,93	-366.392,07	95,30%
Vendas de bens de investimento	45.800,00	16.100,00	-29.700,00	35,15%
Transferências de Capital	2.028.804,53	1.196.779,27	-832.025,26	58,99%
Activos Financeiros	100,00	0,00	-100,00	-100,00%
Passivos Financeiros	200,00	0,00	-200,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	85.800,00	0,00	-85.800,00	0,00%
Total de receitas capital	2.160.704,53	1.212.879,27	-947.825,26	56,13%
Saldo da gerência anterior	2.317.030,21	2.317.030,21	0,00	100,00%
Total de outras receitas	2.317.030,21	2.317.030,21	0,00	100,00%
Total	12.267.369,74	10.953.152,41	-1.314.217,33	89,29%

Nas receitas Correntes, apenas a rubrica de "Impostos indirectos" regista um grau de execução aproximado inferior ao previsto. Todas as outras rubricas registam execuções aproximadas à previsão, sendo que nas rubricas de "Taxas, Multas e Penalidades" e "Vendas de bens e serviços" a execução foi superior ao previsto.

Relativamente às receitas de Capital, apenas se verificaram registos nas rubricas de "Vendas de bens de Investimento" e "Transferências de Capital".

O comportamento gráfico é o seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	31.12.17	31.12.16
Impostos Municipais / Total de Receitas	6%	5%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	0%	2%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	15%	17%
Total das Transferências / Total das Receitas	85%	82%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	1%

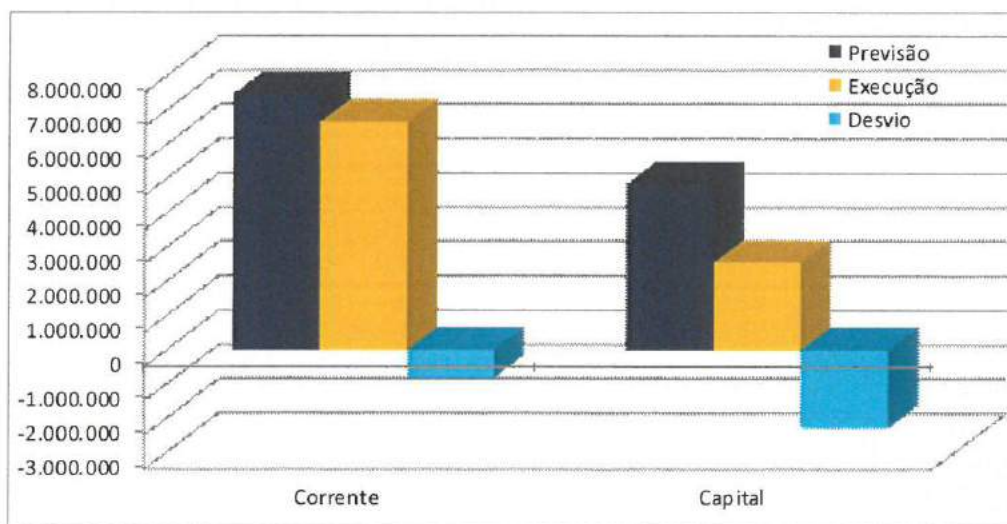
2.3.2 – Controlo Orçamental da Despesa

A execução orçamental do Total das Despesas foi de 74,76%, tendo-se apurado um desvio de 3 M€.

O nível de execução das Despesas de Capital foi de 52%, enquanto o da execução das Despesas Correntes foi de 89.17%, tal como pode ser observado no seguinte quadro:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	7.438.870	6.631.253	-807.617	89,14%
Capital	4.828.500	2.539.954	-2.288.546	52,60%
Total	12.267.369,74	9.171.206,95	-3.096.162,79	74,76%

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios evidenciam-se do modo seguinte:



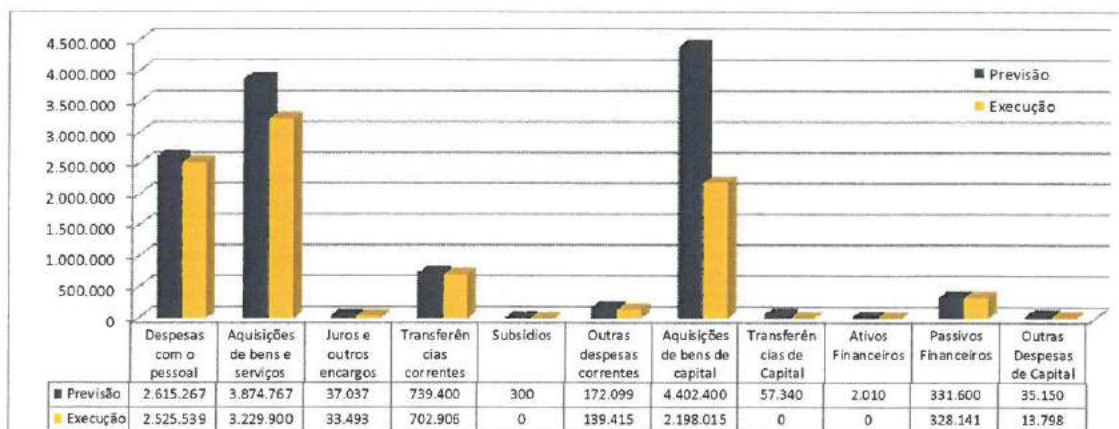
Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2017

Por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental e correspondentes desvios foram os seguintes:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	2.615.267	2.525.539	-89.728	96,57%
Aquisições de bens e serviços	3.874.767	3.229.900	-644.867	83,36%
Juros e outros encargos	37.037	33.493	-3.544	90,43%
Transferências correntes	739.400	702.906	-36.494	95,06%
Subsídios	300	0	-300	0,00%
Outras despesas correntes	172.099	139.415	-32.684	81,01%
Total Despesas Correntes	7.438.870,00	6.631.253,08	-807.616,92	89,14%
Aquisições de bens de capital	4.402.400	2.198.015	-2.204.385	49,93%
Transferências de Capital	57.340	0	-57.340	0,00%
Ativos Financeiros	2.010	0	-2.010	0,00%
Passivos Financeiros	331.600	328.141	-3.459	98,96%
Outras Despesas de Capital	35.150	13.798	-21.352	39,25%
Total Despesas de Capital	4.828.499,74	2.539.953,87	-2.288.545,87	52,60%

O grau de execução abaixo dos valores orçamentados regista-se sobretudo ao nível da rubrica de "Aquisições de Bens de Capital", apresentando, no entanto, percentagens de execução orçamental mais elevadas nas rubricas de "Transferências Correntes" e "Despesas com Pessoal" (Despesas Correntes) e "Passivos Financeiros" (Despesas de Capital).

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:



Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	31.12.17	31.12.16
Transferências correntes / Total das Despesas	8%	7%
Transferências de Capital / Total das Despesas	0%	0%
Despesa Corrente / Total das Despesas	72%	78%
Despesas de Capital / Total das Despesas	28%	22%
Total do Investimento / Total das Despesas	24%	18%

2.4 – Limite de Endividamento

A lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no art.º 52.º que o limite da dívida total das autarquias, “não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Procedemos ao cálculo dos limites de endividamento (líquido e Médio e longo prazo), à data de 31 de Dezembro de 2017, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2017

Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

	Descrição	Montante
A - Passivos (empréstimos, contratos de locação financeira e qualquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.)	- Empréstimos Bancários (1)	2.892.491
	- Contratos de Leasing	0
	- Dívidas a Fornecedores	1.623
	- Dívidas a Fornecedores Imobilizado	0
	- Dívidas a EOE	0
	- Dívidas a Outros Credores	0
	Soma dos Passivos	2.894.114
C - Endividamento líquido do Município		2.894.114
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social	Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	1.309
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	332
	Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes	3.912
Sub-Total 2		5.553
E - Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integraram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equidade das contas previstas no regime suficiente do sector empresarial local)	.	0
	.	
	.	
Sub-Total 3		0
F - Aferição de Dívida Total		2.899.667
G - Limite da Dívida Total (n.º 1, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Valor apurado pela DGAL	10.572.884
H - Limite da Dívida Município (n.º 3, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro em conjugação com art 98º OE2015)	Dívida Total Final 31.12.16	3.215.843
	Aumento permitido	1.471.408
	Limite Dívida total permitida no final de 2016	4.687.251
I - Capacidade líquida de Endividamento	Situação do Município face ao limite da dívida total	1.787.584

Porto, 06 de Abril de 2018

Maria de Fátima Pereira

Maria de Fátima Pereira (ROC n.º 835)

Em representação de

Fátima Pereira & Carlos Duarte,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas